

O quadro negro da educação estadual

Carlo Wrede

■ Comparação de salários de professores deixa o Rio entre os piores do país

MARIA LUÍSA BARROS

De estatística em estatística, a situação dos professores estaduais do Rio de Janeiro vai caminhando para um quadro cada vez mais negro. Uma comparação feita entre o salário no magistério estadual de Minas Gerais, Paraná, Bahia, São Paulo e Brasília deixa o Rio no pé da lista. Além desses estados, mais nove barram os R\$ 215 — com gratificação — pagos a um professor fluminense em início de carreira. No Amazonas, o salário é de R\$ 300 por 20 horas por semana.

A situação é tão grave que o maior salário da rede estadual, de R\$ 240,00, só vem no contracheque depois de vinte e cinco anos de sala de aula e uma pós-graduação no currículo. Na rede municipal o valor sobe para R\$ 653,14 e na federal para R\$ 2.720,00. “É uma miséria, um seguro desemprego”, comenta Maria Lúcia Castro, professora estadual, que ganha R\$ 197. “Antes dava para viajar e comprar carro. Hoje, sem um segundo emprego, não se sobrevive”, endossa Ena Maria Toledo, professora de inglês.

Estrutura — Para a sub-secretaria estadual de educação, Ana Galeigo, os problemas são antigos. “O estado está endividado e tem uma estrutura arcaica. No município é mais fácil”, compara. Ana Galeigo aposta nos recursos do Ministério de Educação e Desporto (MEC). Dos 25% recolhidos de estados e municípios para a educação, o governo federal destinará 15% de quatro impostos — ICMS, IPI, FPE e FPM — para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Qualidade de Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, um nome grande para pouco dinheiro, já que os alunos estaduais terão direito a R\$ 300,00 por ano, ou R\$ 0,80 por dia.

Sem tocar nos salários, o estado acena com a descentralização do orçamento para dar maior autonomia às escolas, incentivando-as a criar Associações de Apoio à Escola, AAE, — sociedade de direito privado que dispensa licitações até o limite de R\$ 1.900 — que permitem receber e administrar o dinheiro direto da secretaria estadual. No total 1.252 escolas, quase 50% da rede, já aderiram ao novo modelo.

Com a associação, as escolas gerenciam cantinas, máquinas de refrigerantes e quadras — atividades rentáveis — sem burocracia. Mas o valor da cota, de acordo com o número de alunos de cada escola, é insuficiente. O tradicional Instituto Estadual de Educação, com 5.100 alunos, por exemplo, recebe R\$ 8.500, ou R\$ 1,67 por aluno/mês para as despesas de manutenção.

Críticas — “Os diretores fazem milagres”, retruca Ana Galeigo. Segundo ela, o controle dos gastos e a participação da comunidade são outras vantagens da autonomia, questionada por especialistas. “A proposta é perversa porque o estado não admite que as escolas contratem professores e aumentem seus salários”, critica Vânia Janine, coordenadora do curso de pedagogia da UFRJ, apoiada pela coordenadora geral do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação, Sepe, Deise Calazans. “A situação está insustentável. O que o aluno recebe nas escolas públicas é só o mínimo para adestrá-lo para o trabalho”, diz ela.

Os baixos salários se refletem na queda de interesse pelo magistério, e na fuga de quem está na rede pública. Desde outubro de 1996, com o início das demissões voluntárias no serviço público, 6.284 professores pediram exoneração, 23 a cada dia.



A Escola Alziro Zarur, na Pavuna, investe em programas esportivos extracurriculares para fixar os alunos na sala de aula e evitar a evasão escolar

Quadro nacional de salários

Estado	Piso
Distrito Federal	R\$ 847,98 (*)
São Paulo	R\$ 537,10 (*)
Paraná	R\$ 257,00
Minas Gerais	R\$ 255,04
Rio de Janeiro	R\$ 215,92

(*) 40 horas semanais. Os outros salários se referem a 20 horas semanais no ensino básico da rede pública estadual, em início de carreira, no mês de maio de 1997.

Fonte: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, CNTE.